

Produtores reagem ao decreto de Aparecido

DF AGRICULTURA 31 DEZ 1986

Roque de Sá



Kiyoko surpreso com a determinação do GDF

Os produtores rurais do Núcleo Rural Santos Dumont, localizado próximo a Planaltina, estão desapercebidos com a possibilidade de perderem suas glebas de terras arrendadas, a partir do decreto de desapropriação assinado pelo governador José Aparecido. Muitos já estão produzindo, tendo feito, inclusive, diversas benfeitorias nos lotes, de onde tiram seu sustento. Eles preveem um futuro negro com grandes prejuízos, caso se concretize a expulsão.

Os 4.500 hectares do Núcleo Rural — criado há dois anos atrás — foram divididos em 120 lotes, mas apenas 100 arrendados, conforme a Emater. De acordo com o decreto de desapropriação, apenas 65 produtores, serão indenizados com um total de 2 milhões e 500 cruzados. Para os arrendatários esta verba é irrisória, pois resultará numa quantia de aproximadamente 30 mil cruzados para cada proprietário, o que não paga as melhorias e benfeitorias realizadas nos lotes.

Os trabalhadores rurais contam que há cerca de um ano vivem em cima de total insegurança, desde que o GDF soltou um decreto cancelando os arrendamentos. A partir deste cancelamento, a Fundação Zoobotânica do DF impediu qualquer tipo de atividade e exploração da terra. Em seguida, os arrendatários entraram com uma liminar na justiça, a qual foi concedida e só então puderam prosseguir nos trabalhos da terra. Entretanto, explicam, que as dificuldades não foram eliminadas, pois até os financiamentos não são concedidos mais a estes produtores rurais.

Desde o decreto de cancelamento, ocorrido em outubro do ano passado, os produtores rurais têm trabalhado com recursos próprios. Esta, inclusive, é a explicação dada à questão levantada pelo GDF, relativa às áreas improdutivas. "Como podemos produzir e plantar na nossa terra se há mais de um ano o governo não nos concede os financiamentos", argumentou Kyoto Yokoy, proprietário do lote 76, acrescentando que somente com muito sacrifício se consegue proceder nas plantações. Além disso, salientou que os canais de irrigação instalados pelo GDF não estão funcionando pois a água não chegou a ser liberada, bem como o sistema de eletrificação rural.

Apesar de reconhecerem que alguns donos de lotes do Núcleo Rural Santos Dumont não estão produzindo, alegam que deveria ser feita uma avaliação e seleção das áreas produtivas. "Quem está produzindo não pode ser prejudicado, pois este é o seu sustento", lamentou José Maia, dono de 6,85 hectares da área. Ele acredita que o decreto é uma injustiça aos trabalhadores que passam até necessidade para melhorar a terra. "Porque não dão apoio aos homens que já estão trabalhando na terra, ao invés de colocar outras pessoas aqui", sugeriu, se referindo à hipótese do governo utilizar a área para o assentamento dos posseiros que serão retirados de Águas Emendadas, onde será construída a Barragem do São Bartolomeu.